

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 171.300 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
PACTE.(S) : **LYTHA BATTISTON SPINDOLA**
IMPTE.(S) : **JOAO PAULO DE OLIVEIRA BOAVENTURA E OUTRO(A/S)**
COATOR(A/S)(ES) : **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - CPI DO BNDES**

EMENTA: CPI. CONVOCAÇÃO. DEVER DE COMPARECIMENTO. PESSOA FORMALMENTE CONVOCADA PARA DEPOR COMO TESTEMUNHA, EMBORA SUJEITA A PERSECUÇÃO PENAL. DISPENSA DE ASSINAR TERMO DE COMPROMISSO (CPP, ART. 203). PRECEDENTES DO STF. RECONHECIMENTO DE SEU DIREITO AO SILÊNCIO. PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DIREITO DE PRESENÇA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO AO LADO DE SEU CLIENTE AO LONGO DO DEPOIMENTO QUE ELE IRÁ PRESTAR. FACULDADE DO CLIENTE DE ENTREVISTAR-SE, PESSOAL E RESERVADAMENTE, COM O SEU ADVOGADO DURANTE A INQUIRÇÃO POR MEMBROS DA CPI. PRERROGATIVA PROFISSIONAL DO ADVOGADO QUE NÃO PODE SER DESRESPEITADA PELO ÓRGÃO

HC 171300 MC / DF

DE INVESTIGAÇÃO LEGISLATIVA. **PRECEDENTES. DIREITO DE A PESSOA CONVOCADA E DE SEU ADVOGADO DE SEREM TRATADOS COM URBANIDADE E RESPEITO PELOS INTEGRANTES DA CPI. EVENTUAL TRANSGRESSÃO, PELA CPI, DESSE DIREITO E, TAMBÉM, DE OUTRAS FACULDADES ASSEGURADAS PELA MEDIDA LIMINAR AUTORIZA A PACIENTE E SEUS ADVOGADOS A SE RETIRAREM, IMEDIATAMENTE, DO RECINTO DA INQUIRÇÃO, SEM QUE SE POSSA ADOPTAR CONTRA ELES QUALQUER MEDIDA RESTRITIVA DE DIREITOS OU PRIVATIVA DE LIBERDADE. A INTERVENÇÃO JURISDICIONAL, QUANDO PROMOVIDA PARA FAZER CESSAR SITUAÇÕES DE ABUSO, DE ARBITRIO OU DE EXCESSO DE PODER, ALÉM DE PLENAMENTE LEGÍTIMA, NÃO IMPLICA OFENSA** AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES (CF, ART. 2º). **PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.**

DECISÃO: Trata-se de “*habeas corpus*” preventivo, com pedido de medida liminar, **impetrado** em razão de a ora paciente haver sido convocada pela CPI do BNDES, para, **em reunião a ser realizada** em 15/05/2019, às 14h30, “*prestar depoimento sobre fatos relacionados ao objeto de investigação*” (**grifei**) da referida Comissão, “*na qualidade de testemunha*” (**grifei**).

HC 171300 MC / DF

Pede-se, inicialmente, o deferimento de medida liminar “(...) no sentido de assegurar à Paciente: i) o direito de permanecer em silêncio sem que o exercício da garantia lhe seja interpretado de forma desfavorável; ii) o direito de ser acompanhada por advogado e com ele manter contato pessoal e direto durante todo o ato, garantido, ainda, que o causídico possa participar ativamente da sessão, inclusive cabendo-lhe intervir, de forma escrita ou verbal, contra comportamento da Comissão que atente contra os direitos fundamentais da Paciente; iii) o direito de não prestar o compromisso de dizer a verdade ou assinar qualquer termo nesse sentido; iv) o direito de não sofrer quaisquer constrangimentos em decorrência do exercício das garantias acima elencadas (...)” (grifei).

Sendo esse o contexto, passo a examinar o pleito cautelar deduzido pelos ora impetrantes. E, ao fazê-lo, observo, desde logo, que, embora o ofício de convocação indique que a ora paciente participará da reunião da CPI na condição de testemunha, a mera circunstância de estar sendo investigada (Petição Criminal nº 22814-30.2017.4.01.3400 – 10ª Vara Federal Criminal/DF) pelos mesmos fatos que consubstanciam o objeto da investigação parlamentar revela que a paciente em questão ostenta, inequivocamente, a posição de investigada.

Essa particular situação afasta a possibilidade de obrigar-se a ora paciente, como pessoa sob investigação, a assinar o termo de compromisso, unicamente exigível a quem se qualifique como testemunha (CPP, art. 203).

Por tal motivo, não há como obrigar a ora paciente a cumprir esse dever jurídico que a legislação impõe, como regra geral (CPP, art. 203), apenas às testemunhas.

Desse modo, a paciente em causa deverá comparecer perante a CPI do BNDES, na data para a qual foi intimada, sem que se lhe possa

HC 171300 MC / DF

impor, no entanto, **em face das razões** que venho de expor, **a obrigação de assinar** o respectivo termo de compromisso **e sem** que se possa adotar, como consequência **do regular exercício** de tal prerrogativa jurídica, **qualquer** medida **restritiva** de seus direitos **ou privativa** de sua liberdade.

Acolho, de outro lado, **o pleito que objetiva assegurar** à paciente o exercício **do direito ao silêncio**, **eis que** o Supremo Tribunal Federal, **em inúmeros precedentes** (**HC 128.390-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 128.837-MC/DF**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **HC 129.000-MC/DF**, Rel. Min. LUIZ FUX – **HC 129.009-MC/DF**, Rel. Min. ROSA WEBER, *v.g.*), **tem reconhecido** essa prerrogativa fundamental **em favor** de quem é **convocado** a comparecer perante Comissões Parlamentares de Inquérito, **seja na condição de investigado, seja na de testemunha**:

“COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – PRIVILÉGIO CONTRA A AUTO-INCRIMINAÇÃO – DIREITO QUE ASSISTE A QUALQUER INDICIADO OU TESTEMUNHA – IMPOSSIBILIDADE DE O PODER PÚBLICO IMPOR MEDIDAS RESTRITIVAS A QUEM EXERCE, REGULARMENTE, ESSA PRERROGATIVA – PEDIDO DE ‘HABEAS CORPUS’ DEFERIDO.

– **O privilégio contra a auto-incriminação** – **que é plenamente invocável** perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – **traduz** direito público subjetivo **assegurado a qualquer pessoa** que, na condição de testemunha, **de indiciado** ou de réu, **deva prestar depoimento perante órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.**

– **O exercício** do direito de permanecer em silêncio **não autoriza** os órgãos estatais a dispensarem qualquer tratamento **que implique restrição** à esfera jurídica daquele que regularmente invocou essa prerrogativa fundamental. **Precedentes.**

O direito ao silêncio – enquanto poder jurídico reconhecido **a qualquer** pessoa relativamente a perguntas cujas respostas possam incriminá-la (*‘nemo tenetur se detegere’*) – **impede**, quando concretamente exercido, **que aquele que o invocou venha, por tal**

HC 171300 MC / DF

específica razão, a ser preso, ou ameaçado de prisão, pelos agentes ou pelas autoridades do Estado (...)."

(HC 79.812/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não constitui demasia assinalar, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *que o exercício do direito ao silêncio por parte da ora paciente, por traduzir legítima prerrogativa constitucional, não autorizará* que se lhe imponha *qualquer* medida **privativa** de liberdade **ou restritiva** de direitos.

O direito ao silêncio – e o de não produzir provas **contra** si próprio (HC 96.219-MC/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*) – **constitui** prerrogativa individual *que não pode ser desconsiderada por qualquer* dos Poderes da República, **independentemente** – *insista-se* – **da condição formal** (*seja* a de indiciado, *seja* a de investigado, *seja* a de testemunha) **ostentada por quem é intimado** a comparecer *perante órgãos investigatórios do Estado, inclusive perante Comissões Parlamentares de Inquérito*.

Assiste, *por igual*, **a qualquer** pessoa **que compareça** perante Comissão Parlamentar de Inquérito **o direito** de ser acompanhada *por Advogado e de com este* comunicar-se *pessoal e reservadamente*, **não importando** a condição formal por ela ostentada (**inclusive** a de investigada **ou** a de testemunha), **tal como expressamente assegurado pela jurisprudência constitucional** do Supremo Tribunal Federal (HC 100.200/DF, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – HC 113.646-MC/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – HC 134.983-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO – MS 30.906-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Daí o explícito reconhecimento, *em sede legal*, do direito de o depoente, **quer** *como indiciado*, **quer** *como testemunha*, *“fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta”* (**Lei nº 1.579/52**, art. 3º, § 2º, **acrescentado** pela Lei nº 10.679/2003).

HC 171300 MC / DF

Nesse contexto, é assegurado ao Advogado a prerrogativa – que lhe é dada por força e autoridade da lei – de velar pela intangibilidade dos direitos daquele que o constituiu como patrono de sua defesa técnica, competindo-lhe, por isso mesmo, para o fiel desempenho do “munus” de que se acha incumbido, o exercício dos meios legais vocacionados à plena realização de seu legítimo mandato profissional.

Por esse motivo, nada pode justificar o desrespeito às prerrogativas que a própria Constituição e as leis da República atribuem ao Advogado, pois o gesto de afronta ao estatuto jurídico da Advocacia representa, na perspectiva de nosso sistema normativo, um ato de inaceitável ofensa ao próprio texto constitucional e ao regime das liberdades públicas nele consagrado.

Ao apreciar pedido de reconsideração formulado no MS 23.576/DF (“CPI do Narcotráfico”), de que fui Relator (DJU de 03/02/2000), tive o ensejo de destacar a alta significação de que se reveste a presença do Advogado ao lado de seu constituinte, quando intimado este a comparecer perante qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, havendo reconhecido, na decisão que então proferi, o que se segue:

“(...) A investigação parlamentar, por mais graves que sejam os fatos pesquisados pela Comissão legislativa, não pode desviar-se dos limites traçados pela Constituição nem transgredir as garantias que, decorrentes do sistema normativo, foram atribuídas à generalidade das pessoas.

Não se pode tergiversar na defesa dos postulados do Estado Democrático de Direito e na sustentação da autoridade normativa da Constituição da República, eis que nada pode justificar o desprezo pelos princípios que regem, em nosso sistema político, as relações entre o poder do Estado e os direitos do cidadão – de qualquer cidadão.

– A unilateralidade do procedimento de investigação parlamentar não confere à CPI o poder de agir arbitrariamente em relação ao indiciado e às testemunhas, negando-lhes, abusivamente, determinados direitos e certas garantias – como a

HC 171300 MC / DF

prerrogativa contra a autoincriminação – que derivam do texto constitucional **ou** de preceitos inscritos em diplomas legais.

No **contexto** do sistema constitucional brasileiro, **a unilateralidade** da investigação parlamentar – **à semelhança** do que ocorre com o próprio inquérito policial – **não tem o condão de abolir** os direitos, **de derrogar** as garantias, **de suprimir** as liberdades **ou de conferir** à autoridade pública **poderes absolutos** na produção da prova e na pesquisa dos fatos.

– **O Advogado** – ao cumprir o **dever de prestar assistência técnica** àquele que o constituiu, **dispensando-lhe** orientação jurídica perante **qualquer** órgão do Estado – **converte** a sua atividade profissional, quando exercida **com independência e sem indevidas restrições, em prática inestimável de liberdade. Qualquer** que seja o espaço institucional de sua atuação, **ao Advogado incumbe neutralizar** os abusos, **fazer cessar** o arbítrio, **exigir** respeito ao ordenamento jurídico **e velar** pela integridade das garantias jurídicas – legais ou constitucionais – **outorgadas** àquele que lhe confiou **a proteção** de sua liberdade e de seus direitos, **entre os quais avultam**, por sua inquestionável importância, **a prerrogativa** contra a autoincriminação **e o direito de não ser tratado**, pelas autoridades públicas, como se culpado fosse, **observando-se**, desse modo, diretriz consagrada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O exercício do poder de fiscalizar eventuais abusos cometidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito contra aquele que por ela foi convocado para depor **traduz prerrogativa indisponível do Advogado** no desempenho de sua atividade profissional, **não podendo**, por isso mesmo, **ser ele cerceado, injustamente, na prática legítima** de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele que lhe outorgou o pertinente mandato.

O Poder Judiciário não pode permitir que se cale a voz do Advogado, cuja atuação, livre e independente, **há de ser permanentemente** assegurada pelos juízes e pelos Tribunais, **sob pena de subversão** das franquias democráticas **e de aniquilação** dos direitos do cidadão.

HC 171300 MC / DF

A exigência de respeito aos princípios consagrados em nosso sistema constitucional não frustra nem impede o exercício pleno, por qualquer CPI, dos poderes investigatórios de que se acha investida.

O ordenamento positivo brasileiro garante ao cidadão, qualquer que seja a instância de Poder que o tenha convocado, o direito de fazer-se assistir, tecnicamente, por Advogado, a quem incumbe, com apoio no Estatuto da Advocacia, comparecer às reuniões da CPI, nelas podendo, entre outras prerrogativas de ordem profissional, comunicar-se, pessoal e diretamente, com o seu cliente, para adverti-lo de que tem o direito de permanecer em silêncio (direito esse fundado no privilégio constitucional contra a autoincriminação), sendo-lhe lícito, ainda, reclamar, verbalmente ou por escrito, contra a inobservância de preceitos constitucionais, legais ou regimentais, notadamente quando o comportamento arbitrário do órgão de investigação parlamentar lesar as garantias básicas daquele – indiciado ou testemunha – que constituiu esse profissional do Direito.

– A função de investigar não pode resumir-se a uma sucessão de abusos nem deve reduzir-se a atos que importem em violação de direitos ou que impliquem desrespeito a garantias estabelecidas na Constituição e nas leis. O inquérito parlamentar, por isso mesmo, não pode transformar-se em instrumento de prepotência nem converter-se em meio de transgressão ao regime da lei. (...).”

(MS 23.576-Recon/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cabe assinalar, finalmente, examinada a pretensão dos ilustres impetrantes na perspectiva da espécie ora em análise, que as Comissões Parlamentares de Inquérito, à semelhança do que ocorre com qualquer outro órgão do Estado ou com qualquer dos demais Poderes da República, submetem-se, no exercício de suas prerrogativas institucionais, às limitações impostas pela autoridade suprema da Constituição.

Isso significa, portanto, que a atuação do Poder Judiciário, quando se registrar alegação de ofensa, atual ou potencial, a direitos e a garantias assegurados pela Constituição da República, longe de configurar

HC 171300 MC / DF

situação de ilegítima interferência na esfera **de outro** Poder do Estado, **traduzirá válido exercício de controle jurisdicional destinado** a amparar qualquer pessoa nas hipóteses de lesão, ainda que iminente, a direitos subjetivos **reconhecidos** pelo ordenamento positivo.

*Em uma palavra: **uma decisão judicial que restaura** a integridade da ordem jurídica **e que torna efetivos** os direitos assegurados pelas leis e pela Constituição da República **não pode ser considerada** ato de indevida interferência na esfera do Poder Legislativo, **consoante já o proclamou o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, *em unânime julgamento:**

“O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

– *A essência do postulado da divisão funcional do poder, além de derivar da necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, **representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e constitui** o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição.*

*Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, **não pode constituir nem qualificar-se** como um **inaceitável** manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários **por parte** de qualquer agente do Poder Público **ou** de qualquer instituição estatal.*

– *O Poder Judiciário, quando intervém **para assegurar** as franquias constitucionais **e para garantir** a integridade e a supremacia da Constituição, **desempenha**, de maneira plenamente legítima, as atribuições **que lhe conferiu a própria** Carta da República.*

*O regular exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, **desde que pautado pelo respeito** à Constituição, **não transgride** o princípio da separação de poderes.*

HC 171300 MC / DF

Desse modo, não se revela lícito afirmar, na hipótese de desvios jurídico-constitucionais nos quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de outro Poder da República.”

(RTJ 173/805-810, 806, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Esse entendimento **tem sido por mim observado** em diversos julgamentos **que proferi** nesta Suprema Corte:

*“(...) **O postulado da separação de poderes e a legitimidade constitucional** do controle, **pelo Judiciário**, das funções investigatórias das CPIs, **se e quando** exercidas de modo abusivo. **Doutrina. Precedentes** do Supremo Tribunal Federal. (...)”*

(HC 88.015-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, “in” Informativo/STF nº 416/2006)

Sendo assim, tendo em consideração as razões expostas, **e sem dispensar a ora paciente** de comparecer perante a CPI do BNDES, **defiro** o pedido de medida liminar **nos precisos** termos expostos **nesta** decisão, **em ordem a assegurar**, cautelarmente, a referida paciente, **em face** dessa CPI: **(a) o direito de exercer** a prerrogativa constitucional **contra** a autoincriminação, **sem** que se possa adotar *contra ela*, em razão **do regular exercício** de tal prerrogativa jurídica, **qualquer** medida restritiva de direitos **ou privativa de liberdade**; **(b) o direito de ser dispensada** de assinar termo de compromisso legal na condição de testemunha, **por tratar-se** de pessoa *sob investigação penal*, **garantindo-lhe**, por isso mesmo, o direito *de não sofrer* **qualquer** medida sancionatória **por parte** de mencionada Comissão Parlamentar de Inquérito; **e (c) o direito de ser assistida** por seus Advogados **e de com estes comunicar-se**, pessoal e reservadamente, **sem** qualquer restrição, **durante** o curso de seu depoimento.

HC 171300 MC / DF

Caso a CPI ora apontada como coatora **descumpra** a presente liminar, **e assim desrespeite** as prerrogativas profissionais dos Advogados **que dão assistência a Lytha Battiston Spindola** (e, por consequência, os direitos e garantias dessa paciente), **fica-lhes assegurado o direito de fazerem cessar, imediatamente, a participação** de sua constituinte **no procedimento** de inquirição, **sem** que se possa adotar **contra** eles – Advogados **e respectivo cliente**, a ora paciente – **qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade**.

Idêntica faculdade **é também assegurada** à ora paciente **e** a seus ilustres Advogados **caso** a CPI do BNDES, por **qualquer** de seus integrantes, **não os trate com a urbanidade devida a qualquer depoente ou lhes dispense tratamento desrespeitoso ou moralmente ofensivo, situações essas que lhes permitirão retirar-se, imediatamente, do recinto** da inquirição, **sem** que possam ser submetidos **a qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade, seja por determinação** desse órgão de investigação parlamentar, **seja por iniciativa** de qualquer integrante de organismo policial, **inclusive** da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, **na linha** de decisão **que já proferi a esse respeito (HC 134.983-MC/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)**.

2. **Comunique-se, com urgência, o teor** desta decisão ao eminente Senhor Presidente *da CPI do BNDES*.

O **ofício de comunicação** deverá ser encaminhado, **mediante “fax” ou qualquer outro meio ágil de comunicação, ao Presidente** da CPI do BNDES, **em ordem a permitir a sua imediata cientificação quanto ao teor da presente decisão**.

HC 171300 MC / DF

3. Requisitem-se informações ao Senhor Presidente do órgão ora apontado como coator.

Publique-se.

Brasília, 14 de maio de 2019 (21h15).

Ministro CELSO DE MELLO
Relator